

OBRAS PARADAS

PALÁCIOS VALEM MAIS DO QUE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Novas sedes de TRT, Receita e MPF consumirão R\$ 251 milhões

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

Se do ponto de vista da infraestrutura o Espírito Santo não tem lá muito cartaz em Brasília, no que diz respeito aos prédios para abrigarem a burocracia estatal, a história é outra. Receita Federal, Ministério Público Federal e Tribunal Regional do Trabalho constroem suas novas sedes no Estado. Juntas, elas sairão por R\$ 251,134 milhões. Isso se não houver aditivos.

Caso os orçamentos atuais sejam cumpridos à risca, o montante investido nos palácios será oito vezes maior do que os R\$ 30,563 milhões que chegaram ao governo do Estado via transferências de capital – recursos não carimbados pleiteados junto à União para investimentos em saúde, segurança e educação, por exemplo –, no ano passado. A expectativa do Palácio Anchieta era de que viessem R\$ 335,2 milhões, ou seja, não chegaram nem 10%.

Como não poderia deixar de ser, as obras dos palácios, assim como as de infraestrutura, também enfrentam as dificuldades peculiares de praticamente todos os empreendimentos públicos. A sede do TRT, a mais cara de todas elas – orçada em R\$ 155 milhões –, é também a mais complicada. Foi iniciada em 2011, na Enseada do Suá, e a previsão era de que ficasse pronta até o fim deste ano. A obra, porém, está parada desde outubro de 2012.

A execução foi suspensa em virtude da constatação de falha no projeto (feito pela NBC Arquitetura e Construções) e na implantação das fundações (a cargo da Delta Construções), conforme apurado em perícia realizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo. Além disso, constatou-se a necessidade de melhoria do projeto estrutural, adequando a



Terreno da futura sede do TRT, na Enseada do Suá: serviço está paralisado desde 2012 por falha no projeto



As obras do edifício da Receita Federal, em Vitória, sairão por R\$ 46,134 milhões



O novo prédio do Ministério Público Federal será construído em três etapas

FOTOS: MARCELO PREST

COMPARE

R\$ 155
milhões

É o valor previsto para a obra da sede do TRT, a mais cara das três.

R\$ 50
milhões

É a cifra estimada para a construção da sede do Ministério Público Federal.

R\$ 30,5
milhões

Foi o quanto chegou aos cofres do ES, via União, para áreas de saúde, segurança e educação.

carga projetada em cada pavimento, o que também acarretou reflexos no projeto de fundações.

MAIS ATRASO

Ainda não há data prevista para o reinício das obras, mas o gasto estimado para o reforço das fundações é da ordem de R\$ 17 milhões. O valor do edifício, após a aplicação dos índices de correção previstos em contrato, é de R\$ 138 milhões. Quando o projeto foi anunciado, a previsão era de que os gastos totais ficassem em R\$ 116 milhões.

O novo prédio do Ministério Público Federal, na Ilha de Santa Maria, um investimento de R\$ 50 milhões, também deve atrasar. O projeto está sendo executado por etapas. A primeira – fundação, estrutura e impermeabilização – foi entregue no início deste ano. A segunda – o acabamento –, entretanto, teve o edital, lançado em abril, suspenso para a realização de ajustes.

Não há data para a realização da nova licitação, e a segunda fase só ficará

pronta 30 meses após a conclusão do certame. A terceira etapa, que é a parte de mobília e equipamentos, será feita por prego eletrônico.

DESOCUPADOS

O prédio da Receita Federal, também na Ilha de Santa Maria, sairá por R\$ 46,134 milhões. As obras começaram no início deste ano, serão feitas em apenas uma fase e devem ficar prontas no segundo semestre de 2016.

Questionados sobre o que será feito das atuais instalações, todas elas no Centro de Vitória, os órgãos federais informaram que a decisão cabe à Secretaria do Patrimônio da União.

O Tribunal Regional do Trabalho ocupa um prédio de 11 andares na Rua Piétrângulo de Biase. Na mesma via, a Receita está instalada em quatro andares do prédio do Ministério da Fazenda. O Ministério Público Federal, por sua vez, funciona num edifício de cinco andares na Avenida Jerônimo Monteiro.

SUPERPRÉDIOS X INFRAESTRUTURA

As novas sedes de Tribunal Regional do Trabalho, Receita Federal e Ministério Público Federal no Espírito Santo custarão **R\$ 251,13 milhões** (valores de hoje):

TRT



Onde: Enseada do Suá (Vitória)

Quanto vai custar: **R\$ 155 milhões** (o edifício vai consumir **R\$ 138 milhões**, os outros **R\$ 17 milhões** irão para o reforço das fundações)

Previsão inicial de gasto: **R\$ 116 milhões**

Quando deveria ser entregue: final deste ano

Quando vai ser entregue: não tem data

Estrutura: serão **19 andares** com **49,1 mil m²** de área construída

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



Onde: Ilha de Santa Maria (Vitória)

Quanto vai custar: o programa orçamentário é da ordem de **R\$ 50 milhões**

Cronograma: a obra está sendo feita por etapas. A primeira (toda a estrutura) foi iniciada em fevereiro do ano passado e ficou pronta no início deste ano

A segunda (o acabamento) ainda não foi licitada, o edital foi lançado em abril, mas foi suspenso para ajustes

Ainda não foi definida uma data para o lançamento do novo edital. O prazo de entrega é de 30 meses após a licitação. A terceira etapa (mobiliário e equipamentos) será feita via pregão eletrônico

Estrutura: serão **10 andares** com **15,3 mil m²** de área construída

RECEITA FEDERAL



Onde: Ilha de Santa Maria (Vitória)

Quanto vai custar: **R\$ 46,134 milhões**

Cronograma: a obra começou em março e deve ser entregue no segundo semestre de 2016

Estrutura: serão **13 andares** com **18,7 mil m²** de área construída

ENQUANTO ISSO...

AEROPORTO DE VITÓRIA



Novela: as obras começaram em 2004 e deveriam ter sido entregues em 2007. Pararam em 2008, ainda na fase de terraplanagem, e até hoje não recomeçaram

Valores: inicialmente, a obra sairia por **R\$ 379 milhões**. Por estar parada, o orçamento foi quase que triplicado, para **R\$ 950 milhões**.

No começo deste mês, o Tribunal de Contas da União não aceitou o novo valor proposto pelas empreiteiras (Camargo Correa, Mendes Júnior e Estacon) e recomendou uma nova licitação, ainda sem data para acontecer

SUPERPORTO



Estudo encomendado pela Codesa apontou a região de Ponta da Fruta como o melhor local para abrigar o porto público de cargas gerais, mas a ordem de execução, nem mesmo do projeto, nunca foi dada.

O complexo portuário de Vitória recebe algumas melhorias. Após décadas de idas e vindas, a dragagem da baía, para receber navios com até 14 metros de calado, está sendo feita. No ano passado, também foi feito um investimento de **R\$ 151 milhões** para a ampliação do cais do Porto de Vitória.

RODOVIAS



Em setembro do ano passado, o governo realizou o leilão da **BR 262**, mas não apareceram interessados. As obras de duplicação do trecho que corta o Espírito Santo, que já seriam feitas pelo Dnit e que já vêm sendo discutidas há anos, ainda não têm data para começar.

A licitação foi feita, mas por conta de uma série de ações na Justiça, o órgão optou por fazer outra disputa, em agosto.

Desde maio do ano passado, a **BR 101**, depois de uma longa pendenga judicial envolvendo primeiro e segundo colocados, está concedida à iniciativa privada.

A Gazeta - Ed. de Arte - Gilso

MARCELO PREST

Edifício da Petrobras custou R\$ 580 milhões

« A nova sede da Petrobras, na Reta da Penha, em Vitória, é um bom exemplo de como é difícil traçar qualquer tipo de roteiro quando o assunto é obra pública.

O cronograma inicial era o seguinte: o orçamento era de R\$ 90 milhões, e o novo prédio, que começou a ser erguido em meados de 2005, deveria ser inaugurado em 2009. A realidade, entretanto, foi bem diferente.

A nova sede só começou

a ser ocupada no início de 2011. Mas o maior disparate se deu nos valores da obra. Em 2007, ou seja, com dois anos de trabalho, a conta já estava em R\$ 486 milhões. Em 2010, o último aditivo, mais R\$ 94 milhões, fechando o montante em R\$ 580 milhões ou 6,4 vezes maior que o orçamento original.

Só com os vidros – foram usados 90 mil metros quadrados –, a estatal gastou R\$ 12 milhões. Grande parte disso veio da Bélgica.

A companhia também utilizou persianas importadas da França no prédio.

Questionada na oportunidade por conta do gigantismo dos gastos, a Petrobras escorou-se nas questões ambientais. “O projeto arquitetônico contempla a aplicação das últimas tecnologias em equipamentos e sistemas voltados para a ecoeficiência do projeto. Esses requisitos são utilizados pela Petrobras em suas construções, seguindo as

diretrizes de responsabilidade socioambiental”.

Com relação ao valor em si, a companhia respondeu, também na época, que os R\$ 90 milhões foram apenas usados como base. “O valor inicial de R\$ 90 milhões foi usado como parâmetro básico para a realização do concurso público nacional”.

Hoje, cerca de 1,5 mil pessoas trabalham na sede, que tem 91,3 mil metros quadrados de área construída.



Prédio teve valor final 6 vezes maior que o original